

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL 2025



Balanço em 31 de dezembro de 2025

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	224 233 526,15	225 285 010,37
Propriedades de investimento	8	1 510 792,16	
Ativos intangíveis	3	109 532,34	104 343,12
Investimentos Participações financeiras	18	21 234 951,77	22 334 745,06
Clientes, contribuintes e utentes	09/18	108 500,66	131 016,59
Outras contas a receber	18	7 139,41	9 714,91
		247 204 442,49	247 864 830,05
Ativo corrente			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	9/18	15 512,83	12 868,38
Clientes, contribuintes e utentes	9/18	860 001,30	435 175,52
Estado e outros entes públicos	9/18	58,27	
Outras contas a receber	18	13 733 315,80	13 271 928,89
Diferimentos	23	440 473,72	384 323,54
Caixa e depósitos	1	21 008 713,03	15 101 894,22
		36 058 074,95	29 206 190,55
Total do ativo		283 262 517,44	277 071 020,60
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	23	66 939 524,14	66 939 524,14
Reservas	23	1 900 674,94	1 900 674,94
Resultados transitados	23	152 236 010,78	153 121 697,91
Ajustamentos em ativos financeiros	23	22 114 473,28	22 138 739,01
Outras variações no património líquido	23	22 499 634,71	21 331 400,79
Resultado líquido do período	23	2 647 785,71	(1 686 236,49)
Total do Património Líquido		268 338 103,56	263 745 800,30
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	582 339,11	477 755,24
Financiamentos obtidos	18	482 026,56	859 082,99
Fornecedores de investimentos	18	25 088,31	
Diferimentos	18	3 979 263,07	3 695 444,26
Outras contas a pagar	18	1 048 941,71	981 449,40
		6 117 658,76	6 013 731,89
Passivo corrente			
Fornecedores	18	334 842,26	247 812,04
Estado e outros entes públicos	18	499 014,71	451 771,81
Financiamentos obtidos	18	376 959,88	458 586,16
Fornecedores de investimentos	18	25 088,31	8 865,81
Outras contas a pagar	18	4 397 338,07	3 791 434,84
Diferimentos	23	3 173 511,89	2 353 017,75
		8 806 755,12	7 311 488,41
Total do Passivo		14 924 413,88	13 325 220,30
Total do Património Líquido e Passivo		283 262 517,44	277 071 020,60

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL 2025



Demonstração de resultados por natureza em 31 de dezembro de 2025

RUBRICAS	NOTAS		PERÍODO	
			2025	2024
Impostos, contribuições e taxas	13/14	+	33 816 183,22	30 171 811,45
Vendas	13	+	23 473,00	8 462,00
Prestações de serviços e concessões	13	+	7 398 624,15	6 813 776,94
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	13/23	+/-	(1 075 527,56)	(676 062,70)
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	+	16 814 484,75	15 716 500,11
Fornecimentos e serviços externos	23	-	(15 280 776,53)	(15 878 454,56)
Gastos com pessoal	19	-	(22 373 348,14)	(20 804 507,74)
Transferências e subsídios concedidos	23	-	(8 280 035,34)	(9 306 685,01)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9/23	+/-	(98 055,35)	(50 825,05)
Provisões (aumentos/reduções)	15	+/-	(104 583,87)	(46 713,94)
Outros rendimentos e ganhos	23	+	1 691 077,65	1 853 847,63
Outros gastos e perdas	23	-	(2 116 000,66)	(2 504 137,19)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento			10 415 515,32	5 297 011,94
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5/23	+/-	(7 704 654,18)	(6 901 180,65)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)			2 710 861,14	(1 604 168,71)
Juros e rendimentos similares obtidos	23	+	8 070,64	13 165,96
Juros e gastos similares suportados	23	-	(71 146,07)	(95 233,74)
Resultado antes de impostos			2 647 785,71	(1 686 236,49)
Imposto sobre o rendimento				
Resultado líquido do período			2 647 785,71	-1 686 236,49

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL 2025



Demonstração das alterações no Património Líquido em 31 de dezembro de 2025

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital/ Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido
POSIÇÃO NO INICIO DO PERÍODO	(1)	66 939 524,14		1 900 674,94	153 121 697,91	22 138 739,01		21 331 400,79	(1 686 236,49)	263 745 800,30		263 745 800,30
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Ajustamento de transição de referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização								1 168 233,92		1 168 233,92		1 168 233,92
Excedentes de revalorizações e respetivas variações												
Transferências e subsídios de capital												
Correção de erros materiais												
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido					(885 687,13)	(24 265,73)			1 686 236,49	776 283,63		776 283,63
	(2)	0,00	0,00	0,00	(885 687,13)	(24 265,73)	0,00	1 168 233,92	1 686 236,49	1 944 517,55		1 944 517,55
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)								2 647 785,71	2 647 785,71		2 647 785,71
RESULTADO INTEGRAL	(4) = (2) + (3)								4 334 022,20	4 592 303,26		4 592 303,26
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital/património												
Entradas para coberturas de perdas												
Outras operações												
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6) = (1) + (2) + (3) + (5)	66 939 524,14		1 900 674,94	152 236 010,78	22 114 473,28		22 499 634,71	2 647 785,71	268 338 103,56		268 338 103,56

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL 2025



Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2025

RUBRICAS			Períodos	
			31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Recebimentos de clientes	+	6 133 300,34	5 775 518,75	
Recebimento de contribuintes	+	28 180 550,30	24 324 473,69	
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		16 969 169,75	15 916 758,72	
Recebimento de utentes	+	5 049 238,80	5 278 123,19	
Pagamentos a fornecedores	-	(14 836 212,63)	(15 106 014,12)	
Pagamentos ao pessoal	-	(22 076 849,36)	(20 778 610,79)	
Pagamentos de transferências e subsídios	-	(8 286 410,55)	(9 287 254,99)	
Caixa gerada pelas operações	+/-	11 132 786,65	5 722 994,45	
Outros recebimentos/Pagamentos	+/-	(747 870,91)	(741 687,48)	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(a)	+/- 10 384 915,74	4 981 306,97	
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis	-	(6 373 842,03)	(5 456 531,03)	
Activos intangíveis	-			
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis	+	0,00	35 187,00	
Outros activos	+	4 193,59	26 364,98	
Transferências de capital	+	2 006 704,66	1 652 800,40	
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(b)	+/- (4 362 943,78)	(3 742 178,65)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Outras operações de financiamento	+			
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-	(458 682,71)	(553 167,38)	
Juros e gastos similares	-	(45 096,19)	(70 644,35)	
Outras operações de financiamento	-			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(c)	(503 778,90)	(623 811,73)	
Varição de caixa e seus equivalentes	(a)+(b)+(c)	5 518 193,06	615 316,59	
Efeito das diferenças de câmbio	+/-			
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	15 101 894,22	14 486 577,63	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	21 008 713,03	15 101 894,22	
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA				
Caixa e seus equivalentes no início do período		15 101 894,22	14 486 577,63	
- Equivalentes a caixa no início do período		(2 000 000,00)	(2 000 000,00)	
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa				
-Variações cambiais de caixa no início do período				
= Saldo da gerência anterior		13 101 894,25	12 486 577,63	
De execução orçamental		12 091 632,96	11 503 381,53	
De operações de tesouraria		1 010 261,29	983 196,10	
Caixa e seus equivalentes no fim do período		21 008 713,03	15 101 894,22	
- Equivalentes a caixa no fim do período			(2 000 000,00)	
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa				
- Variações cambiais de caixa no fim do período				
= Saldo da gerência seguinte		21 008 713,03	13 101 894,22	
De execução orçamental		19 929 034,10	12 091 632,93	
De operações de tesouraria		1 079 678,93	1 010 261,29	

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

O detalhe dos valores constantes em Caixa e Depósitos Bancários é o seguinte:

Conta	Designação	31/12/2025	31/12/2024
111	Caixa	2 927,99 €	2 117,74 €
	Depósitos à ordem		
122	Depósitos bancários à ordem	19 926 106,11 €	12 089 515,19 €
	Outros depósitos		
131	Depósitos a prazo		2 000 000,00 €
133	Depósitos de garantias e cauções	1 079 678,93 €	1 010 261,29 €
	TOTAL	21 008 713,03 €	15 101 894,22 €

Para as mesmas datas, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se conforme segue:

Designação	31/12/2025	31/12/2024
- Execução orçamental	19 929 034,10	12 091 632,93
- Operações de tesouraria	1 079 678,93	1 010 261,29
Saldo da gerência	21 008 713,03 €	13 101 894,22 €

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 - Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas Normas de Contabilidade Pública (NCP).

➤ Informação Comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

➤ Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

➤ Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

➤ Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por NCP.

➤ Continuidade

Com base na informação disponível e expectativas futuras, o Câmara Municipal de Montijo, continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

➤ Juizados de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juizados de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Câmara Municipal de Montijo ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

2.2 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas definidas pelo Órgão de Gestão, foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2)

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração referente às vidas uteis de depreciação será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam

disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

a) ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados ao custo de aquisição (justo valor na data de aquisição), deduzidos das amortizações acumuladas e imparidades.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2).

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

b) Imparidades de ativos fixos tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

c) Participações Financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos

resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

O Câmara Municipal de Montijo seguirá o método do custo e da equivalência patrimonial para valorização dos seus investimentos financeiros.

d) Rédito e regime do acréscimo

Nos rendimentos de transações com contraprestação, o rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Câmara Municipal de Montijo, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Nos rendimentos de transações sem contraprestação, o rédito é reconhecido quando os acontecimentos ocorrem, sendo mensurados ao justo valor à data de aquisição.

Observou-se o disposto nas NCP 13 e 14, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, e seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas tenham sido substancialmente resolvidas.

e) Transferências e subsídios

As transferências do Estado para os municípios no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro Capital previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e a que o Município tem direito são reconhecidas no património líquido.

Sempre que se configurar possível a afetação dessas verbas a um ou mais ativos depreciáveis ou amortizável, afetação, a transação para resultados equipara -se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que, numa base sistemática, procede-se à Imputação, à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos subjacentes na respetiva proporção.

Um subsídio só é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos em diferimentos e no momento em que se consideram cumpridas as

condições, são transferidos para o património líquido (outras variações do património líquido) e, subseqüentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e ativos intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;

Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e ativos intangíveis amortizáveis devem ser mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

f) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Clientes e outras dívidas de terceiros

As contas "clientes" e "outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Os valores refletidos no Balanço a título de "Clientes" e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foi solicitado pedidos de pagamento) ou a aguardar o seu início ou execução.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber

- Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários (empréstimos)

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

- Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

g) Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma **provisão** é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que a Câmara Municipal de Montijo racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes, nomeadamente do mandatário judicial.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a

provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um **passivo contingente**, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

Nota 3 - Ativos intangíveis

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

AI	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador e sistemas de informação
Taxas de amortização	33,33%	33,33%
Métodos de amortização	linha reta	linha reta

Em 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes:

3.1 - Ativos Intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas.

Rubricas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
442 Projetos de desenvolvimento	15 848,31	15 848,31	0,00	0,00	15 848,31	15 848,31	0,00	0,00
443 Programas de computador e sistemas de informação	1 127 418,12	1 023 075,00	0,00	104 343,12	1 243 853,80	1 134 321,46	0,00	109 532,34
TOTAL	1 143 266,43	1 038 923,31	0,00	104 343,12	1 259 702,11	1 150 169,77	0,00	109 532,34

3.2 - Ativos Intangíveis – quantia escriturada e variações do período.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Adições	Transferências internas	Variações				Quantia escriturada final
				Revalorizações	Reversão de Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diminuições	
443 Programas de computador e sistemas de informação	104 343,12	116 435,68	0,00	0,00	0,00	-111 246,46		109 532,34
TOTAL	104 343,12	116 435,68	0,00	0,00	0,00	-111 246,46	0,00	109 532,34

3.3 - Ativos Intangíveis – adições.

Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
443 Programas de computador e sistemas de informação	0,00	116 435,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116 435,68
TOTAL	0,00	116 435,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116 435,68

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimentos.

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de concessão	Período de Concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao Concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão	E-REDES-DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE S.A	-	20 Anos	-	-	-	-

No quadro seguinte apresenta-se a informação provisória enviada pela E-Redes.

	Valor aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em exploração	25 277 066,11 €	- 18 191 772,51 €	7 085 293,60 €
Chegadas aéreas	974 372,05 €	- 877 699,47 €	96 672,58 €
Chegadas subterrâneas	2 881 331,26 €	- 1 650 152,54 €	1 231 178,72 €
Contadores e acessórios	3 942 810,44 €	- 3 091 065,51 €	851 744,93 €
Contadores	1 334 163,25 €	- 1 314 023,94 €	20 139,31 €
Outro equipamento	1 041 059,87 €	- 925 412,55 €	115 647,32 €
Eq. Telegestão Energia EDP Box	1 567 587,32 €	- 851 629,02 €	715 958,30 €
Iluminação pública	3 973 935,91 €	- 2 771 217,87 €	1 202 718,04 €
Postos Transformação e Seccionamento	5 969 149,82 €	- 3 815 277,06 €	2 153 872,76 €
Redes aéreas	4 120 344,28 €	- 3 357 177,99 €	763 166,29 €
Redes subterrâneas	3 415 122,35 €	- 2 629 182,07 €	785 940,28 €
Subsídios ao investimento	- 14 047 310,08 €	10 914 370,67 €	- 3 132 939,41 €
Chegadas aéreas	- 520 398,18 €	469 312,15 €	- 51 086,03 €
Chegadas subterrâneas	- 2 652 675,95 €	1 535 153,26 €	- 1 117 522,69 €
Contadores e acessórios	- 772 864,95 €	760 276,30 €	- 12 588,65 €
Contadores	- 600 218,61 €	600 024,41 €	- 194,20 €
Outro equipamento	- 171 959,85 €	159 962,06 €	- 11 997,79 €
Eq. Telegestão Energia EDP Box	- 686,49 €	289,83 €	- 396,66 €
Iluminação pública	- 3 010 402,23 €	2 237 008,99 €	- 773 393,24 €
Postos Transformação e Seccionamento	- 1 977 274,00 €	1 473 870,12 €	- 503 403,88 €
Redes aéreas	- 2 438 870,26 €	2 239 311,42 €	- 199 558,84 €
Redes subterrâneas	- 2 674 824,51 €	2 199 438,43 €	- 475 386,08 €
Total	11 229 756,03 €	- 7 277 401,84 €	3 952 354,19 €

Rubrica	Valor
Valor líquido AFT	7 085 293,60 €
Diferimento de rendimento	3 952 354,19 €

Atualmente a autarquia tem em vigor as seguintes concessões:

O contrato referido no quadro anterior, já teve o seu término, não obstante confere o direito a recebimentos por parte da CMM e não têm qualquer pagamento associado, exceto em caso de resgate da concessão ou de não atribuição de nova concessão.

A Orientação Técnica n.º 1 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), aprovada pelo Comité de Normalização Contabilística Público (CNCP) da Comissão Executiva (CE) da CNC em

18 de fevereiro de 2025, aborda o tratamento contabilístico dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão (BT) celebrados entre os municípios e a E-Redes, S.A. Esses contratos, estabelecidos conforme o Decreto-Lei n.º 344-B/82 e suas alterações, sendo que para assegurar a continuidade dos serviços até a implementação de novas concessões previstas para 2026, muitos municípios prorrogaram esses contratos.

A orientação destaca que, conforme a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 4, os municípios, na qualidade de concedentes, devem reconhecer os ativos relacionados com a concessão se controlarem ou regularem os serviços prestados e tiverem direito a benefícios económicos futuros desses ativos, mas apenas se tiverem informação para o efeito, sendo que geralmente essa informação nem sempre é enviada de forma completa e atempada. Além disso, a renda paga pela E-Redes aos municípios pela exploração da concessão deve ser reconhecida como rendimento ao longo do período da concessão.

No caso específico da Câmara Municipal do Montijo (CMM), em 2021, foram reconhecidos pela primeira vez os ativos em concessão à E-Redes, com atualizações subsequentes baseadas em dados dos anos respetivos. Esse reconhecimento deve-se ao facto da CMM entender possuir informações suficientes para identificar e mensurar esses ativos, alinhando-se às diretrizes da NCP 4 e da Orientação Técnica n.º 1 da CNC.

O rendimento diferido corresponde ao montante dos ativos fixos tangíveis líquido de depreciações e que tenham sido encargo da E-Redes e que em caso de resgate da concessão ou não renovação, existe uma indemnização a pagar de montante sensivelmente semelhante. A autarquia não considera este montante como passivo financeiro, dado que pretende realizar um novo contrato de concessão nos termos da legislação que está ainda por aprovar.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL 2025



AFT	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
Taxas de depreciação		5,00%	entre 5% e 20%	25,00%	12,50%	entre 2% e 25%
Métodos de depreciação	linha reta	linha reta	linha reta	linha reta	linha reta	linha reta

5.1 - Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas.

Rubricas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	16 263 009,47	0,00	0,00	16 263 009,47	16 753 564,75	0,00	0,00	16 753 564,75
Edifícios e outras construções	8 118 182,46	2 167 721,80	0,00	5 950 460,66	8 308 262,91	2 466 254,33	0,00	5 842 008,58
Infraestruturas	80 056 091,01	19 039 043,81	0,00	61 017 047,20	81 390 972,68	21 719 218,11	0,00	59 671 754,57
Património histórico, artístico e cultural	58 994,60	0,00	0,00	58 994,60	59 359,60	0,00	0,00	59 359,60
Bens de domínio público em curso	75 261,05	0,00	0,00	75 261,05	0,00	0,00	0,00	0,00
	104 571 538,59	21 206 765,61	0,00	83 364 772,98	106 512 159,94	24 185 472,44	0,00	82 326 687,50
Ativos fixos em concessão								
Infraestruturas	24 230 500,13	17 652 702,32	0,00	6 577 797,81	25 277 066,11	18 191 772,51	0,00	7 085 293,60
	24 230 500,13	17 652 702,32	0,00	6 577 797,81	25 277 066,11	18 191 772,51	0,00	7 085 293,60
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	66 735 805,03	0,00	0,00	66 735 805,03	65 890 772,14	0,00	0,00	65 890 772,14
Edifícios e outras construções	81 357 933,94	19 038 006,46	0,00	62 319 927,48	82 235 009,69	21 526 227,97	0,00	60 708 781,72
Equipamento básico	4 793 168,61	3 020 738,83	0,00	1 772 429,78	5 267 458,96	3 431 266,21	0,00	1 836 192,75
Equipamento de transporte	6 338 665,12	5 155 440,08	0,00	1 183 225,04	6 225 122,65	5 588 826,45	0,00	636 296,20
Equipamento administrativo	2 987 940,01	2 534 665,10	0,00	453 274,91	3 086 945,06	2 699 784,91	0,00	387 160,15
Outros	2 841 063,10	2 421 945,54	0,00	419 117,56	2 719 571,79	2 152 878,46	0,00	566 693,33
Ativos fixos tangíveis em curso	2 458 659,78	0,00	0,00	2 458 659,78	4 795 648,76	0,00	0,00	4 795 648,76
	167 513 235,59	32 170 796,01	0,00	135 342 439,58	170 220 529,05	35 398 984,00	0,00	134 821 545,05
TOTAL	296 315 274,31	71 030 263,94	0,00	225 285 010,37	302 009 755,10	77 776 228,95	0,00	224 233 526,15

5.2 - Ativos tangíveis – quantia escriturada e variações do período.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transferencias internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	16 263 009,47	539 052,56	0,00	0,00	0,00	0,00	-48 497,28	16 753 564,75
Edifícios e outras construções	5 950 460,66	20 879,86	169 200,59	0,00	0,00	-298 532,53	0,00	5 842 008,58
Infraestruturas	61 017 047,20	119 715,30	1 335 496,37	0,00	0,00	-2 713 705,42	-86 798,88	59 671 754,57
Património histórico, artístico e cultural	58 994,60	365,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59 359,60
Bens de domínio público em curso	75 261,05	90 647,72	-165 908,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	83 364 772,98	770 660,44	1 338 788,19	0,00	0,00	-3 012 237,95	-135 296,16	82 326 687,50
Ativos fixos em concessão								
Infraestruturas	6 577 797,81	1 046 565,98	0,00	0,00	0,00	-539 070,19	0,00	7 085 293,60
	6 577 797,81	1 046 565,98	0,00	0,00	0,00	-539 070,19	0,00	7 085 293,60
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	66 735 805,03	46 152,83	-291 185,72	0,00	0,00	0,00	-600 000,00	65 890 772,14
Edifícios e outras construções	62 319 927,48	-241 861,77	1 309 820,27	0,00	0,00	-2 679 104,26	0,00	60 708 781,72
Equipamento básico	1 772 429,78	473 227,29	15 887,96	0,00	0,00	-425 352,28	0,00	1 836 192,75
Equipamento de transporte	1 183 225,04	176 737,53	0,00	0,00	0,00	-450 574,01	-273 092,36	636 296,20
Equipamento administrativo	453 274,91	90 623,83	10 764,45	0,00	0,00	-167 403,96	-99,08	387 160,15
Outros	419 117,56	140 946,67	116 668,68	0,00	0,00	-110 039,58	0,00	566 693,33
Ativos fixos tangíveis em curso	2 458 659,78	5 585 556,53	-3 248 567,55	0,00	0,00	0,00	0,00	4 795 648,76
	135 342 439,58	6 271 382,91	-2 086 611,91	0,00	0,00	-3 832 474,09	-873 191,44	134 821 545,05
TOTAL	225 285 010,37	8 088 609,33	-747 823,72	0,00	0,00	-7 383 782,23	-1 008 487,60	224 233 526,15

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL 2025



5.2A - Ativos tangíveis – adições.

Rubricas	Adições										Total	
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Expropriação	Doação	Doação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras		
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural												
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	539 052,56	539 052,56	
Edifícios e outras construções	0,00	24 100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 220,14	20 879,86	
Infraestruturas	0,00	36 276,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83 438,85	119 715,30	
Património histórico, artístico e cultural	0,00	365,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	365,00	
Bens de domínio público em curso	0,00	90 647,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90 647,72	
	0,00	151 389,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	619 271,27	770 660,44	
Ativos fixos em concessão												
Infraestruturas	0,00	1 046 565,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 046 565,98	
	0,00	1 046 565,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 046 565,98	
Outros ativos fixos tangíveis												
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46 152,83	46 152,83	
Edifícios e outras construções	0,00	23 210,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-265 071,79	-241 861,77	
Equipamento básico	0,00	442 178,59	0,00	0,00	0,00	31 048,70	0,00	0,00	0,00	0,00	473 227,29	
Equipamento de transporte	0,00	176 737,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	176 737,53	
Equipamento administrativo	0,00	90 532,56	0,00	91,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90 623,83	
Outros	0,00	140 946,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140 946,67	
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	5 585 556,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 585 556,53	
	0,00	6 459 161,90	0,00	91,27	0,00	31 048,70	0,00	0,00	0,00	-218 918,96	6 271 382,91	
TOTAL	0,00	7 657 117,05	0,00	91,27	0,00	31 048,70	0,00	0,00	0,00	400 352,31	8 088 609,33	

5.2B - Ativos tangíveis – diminuições.

Rubricas	Diminuições					Outras	Total
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou Reversão	Fusão, cisão, reestruturação			
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural							
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-48 497,28	-48 497,28
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-86 798,88	-86 798,88
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-135 296,16	-135 296,16
Outros ativos fixos tangíveis							
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-600 000,00	-600 000,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-273 092,36	-273 092,36
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-99,08	-99,08
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-873 191,44	-873 191,44
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 008 487,60	-1 008 487,60

5.4 - Ativos fixos tangíveis – totalmente depreciados que ainda estejam em uso

Em 31/12/2025 os bens totalmente depreciados em uso totalizam o valor de 19 239 012,87€.

Conta	Designação	Valor
4302	Edifícios e outras construções	463 530,41 €
4303	Infraestruturas	4 469 942,74 €
432	Edifícios e outras construções	3 664 746,93 €
433	Equipamento básico	2 357 747,44 €
434	Equipamento de transporte	4 181 777,64 €
435	Equipamento administrativo	2 321 224,21 €
437	Outros ativos fixos tangíveis	1 780 043,50 €
	TOTAL	19 239 012,87 €

Nota 6 – Locações

A Câmara Municipal de Montijo tinha cinco contratos de locação em vigência em 2025.

Bens locados	Quantia escriturada líquida	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos			
		Período		Acumulado		Período		Acumulado	
		Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros
2 Viaturas Pesadas Recolha RSU	- €	53 863,91 €	772,59 €	440 340,00 €	15 531,10 €	- €	- €		
3 Viaturas Ligeiras C/ Cabine Dupla	3 475,15 €	17 469,06 €	378,85 €	89 881,85 €	4 297,05 €	3 475,15 €	13,43 €		
Total	3 475,15 €	71 332,97 €	1 151,44 €	530 221,85 €	19 828,15 €	3 475,15 €	13,43 €	- €	- €

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Informação no mapa de empréstimos.

Nota 8 – Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra/construção e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

8.1 – Propriedades de Investimento -Modelo do Custo – Quantia Escriturada e Movimentos do Período.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações				Quantia escriturada final
		Adições	Transferencias internas	Depreciações do período	Diminuições	
Propriedades de Investimento						
Terrenos e recursos naturais		169 110,00	291 185,72	0,00		460 295,72
Edifícios e outras construções		807 467,17	392 191,01	-149 161,74		1 050 496,44
TOTAL	0,00	976 577,17	683 376,73	-149 161,74	0,00	1 510 792,16

As transferências internas à entidade resultam da reclassificação de imóveis anteriormente registados na rubrica dos ativos fixo tangíveis.

8.2 – Propriedades de Investimento -desagregação das adições

Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Propriedades de Investimento										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	169 110,00	169 110,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	807 467,17	807 467,17
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	976 577,17	976 577,17

Nota 9 – Imparidade de ativos

Os movimentos ocorridos em 2025 e 2024 encontram-se nos quadros seguintes:

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL 2025



Ativo	Natureza	31/12/2025			31/12/2024		
		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Cientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	2 421 819,63	1 437 804,84	984 014,79	1 918 809,98	1 339 749,49	579 060,49
Outros devedores	Gerador de caixa	35 962,46	7 263,04	28 699,42	39 308,22	7 263,04	32 045,18

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outros diminuições	Total diminuições	
Cientes, contribuintes e utentes	1 339 749,49	98 061,19			98 061,19		5,84		5,84	1 437 804,84
Outros devedores	7 263,04				0,00					7 263,04
TOTAL	1 347 012,53	98 061,19	0,00	0,00	98 061,19	0,00	5,84	0,00	5,84	1 445 067,88

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

O rendimento das vendas é reconhecido na demonstração de resultados:

- i. Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- ii. Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- iii. Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- iv. Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- v. Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rendimento dos juros é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

O rendimento dos dividendos é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

b) Quantia de cada categoria de rendimentos

Tipo de transação com contraprestação	31/12/2025	31/12/2024
	Rendimento do período reconhecido	Rendimento do período reconhecido
Prestações de Serviços	7 398 624,15	6 813 776,94
Venda de bens	23 473,00	8 462,00
Dividendos ou distribuições similares	8 070,64	13 165,96
Outros rendimentos	3 070,90	37 846,44
TOTAL	7 433 238,69	6 873 251,34

Dados conforme Balancete Analítico

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

b) Quantia de cada categoria de rendimentos

Tipo de transação sem contraprestação	31/12/2025				31/12/2024			
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber	
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período
Impostos diretos	11 726 493,03				11 955 704,10			
Impostos indiretos	20 930 092,94				15 856 506,47			
Taxas	1 082 694,78		172 252,47	678 895,98	2 266 825,82		124 805,90	172 252,47
Multas e outras penalidades	76 902,47		3 932,94	4 109,80	92 775,06		42 191,59	3 932,94
Transferências sem condição	16 834 649,25	3 585 820,81			15 727 048,36	2 512 933,46		
Transferências/Subsídios com condição	1 023 397,71	19 721 819,27			834 470,92	18 626 472,70		
Outros	672 203,10				1 058 675,80			
TOTAL	52 346 433,28	23 307 640,08	176 185,41	683 005,78	47 792 006,53	21 139 406,16	166 997,49	176 185,41

Dados conforme Balancete Analítico

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1 - Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos que será necessário para liquidar a obrigação;
- iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi reduzida a provisão para outros riscos e encargos, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Foi ainda ajustada a provisão relativa a acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outros diminuições	Total diminuições	
Provisões										
Processos judiciais em curso	120 810,15	109 687,80			109 687,80		0,00		0,00	230 497,95
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	356 945,09	0,00			0,00		5 103,93		5 103,93	351 841,16
TOTAL	477 755,24	109 687,80	0,00	0,00	109 687,80	0,00	5 103,93	0,00	5 103,93	582 339,11

15.2 – Passivos Contingentes

- i. Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- ii. Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

Apresentam-se assim os processos judiciais em curso sobre os quais foi efetuada uma apreciação jurídica de risco, e constituídas as respetivas provisões pelos valores indicados.

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL 2025



Relativamente aos processos onde não se verifique as condições para reconhecimento de provisão, são apresentados os mesmos para os efeitos de divulgação dos passivos contingentes.

Entidade	Processo	Valor da provisão
Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, Juízo Central Cível de Almada (Juiz 3)	Processo -Direitos de Propriedade	7 673,96 €
Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 2)	Processo n.º 504/16.3BEALM	11 250,00 €
Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 2)	Processo n.º 407/18.7BEALM	13 849,43 €
Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 1)	Processo n.º 510/19.6BEALM	7 869,22 €
Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 1)	Processo n.º 427/21.4BEALM	2 376,23 €
Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 1)	Processo n.º 3476/23.4BELSB	2 113,00 €
Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 2)	Processo n.º 662/24.3BEALM	46 368,75 €
Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 1)	Processo n.º 754/24.9BEALM	1 979,56 €
Autoridade Para as Condições do Trabalho – Unidade	Processo de contraordenação n.º 031001164	9 180,00 €
Autoridade Para as Condições do Trabalho – Unidade	Processo de contraordenação n.º 031100574	1 530,00 €
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 904299295/E.A. 220150910	300,00 €
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 905359062/E.A. 220150910	60,00 €
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 912172843/E.A. 231100000	60,00 €
Inspecção-Geral do Ambiente	Processo de contraordenação n.º CO/000483/11	15 000,00 €
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 2 74307138	600,00 €
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 2 74307146	300,00 €
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 413852768	120,00 €
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 413852750	180,00 €
Tribunal Administrativa de Circulo de Lisboa (Juizo dos Contratos Públicos)	Processo n.º 133/25.0BELSD	29 264,15 €
Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica1)	Processo n.º 555/25.7BEALM	12 715,61 €
Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica1)	Processo n.º 559/25.0BEALM	22 426,82 €
Tribunal Administrativa de Circulo de Lisboa (Juizo dos Contratos Públicos)	Processo n.º 87659/25.0BELSB	4 266,22 €
Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica1)	Processo n.º 955/25.0BEALM	35 015,00 €
Autoridade Nacional de Comunicações	Processo de contraordenação n.º 6-204-2025	6 000,00 €
Total		230 497,95 €

15.3 - Acidentes de trabalho e doenças profissionais

O montante relativo à provisão dos acidentes de trabalho e doenças profissionais estão desagregados de acordo com o seguinte quadro:

Acidentes de trabalho e doenças profissionais			
Idade	Valor da pensão	Valor da pensão anual	Montante da provisão
56 anos	90,38	1265,32	25 122,81 €
62 anos	105,73	1480,22	25 469,83 €
71 anos	306,53	4291,42	49 524,53 €
56 anos	33,18	464,52	8 214,08 €
59 anos	409,25	5729,5	95 772,48 €
76 anos	20,02	280,28	2 853,61 €
67 anos	114,44	1602,16	21 513,34 €
71 anos	57,21	800,94	10 266,40 €
68 anos	49,08	687,12	10 026,54 €
66 anos	83,09	1163,26	17 620,92 €
62 anos	178,06	2492,84	42 893,76 €
69 anos	55,08	771,12	10 810,27 €
69 anos	37,29	522,06	7 318,72 €
53 anos	16,81	235,34	4 855,99 €
68 anos	21,67	303,38	4 426,96 €
53 anos	56,88	796,32	15 150,92 €
Total			351 841,16 €

Nota 17 – Acontecimento após a data de relato

Após 31 de dezembro de 2025 ocorreram acontecimentos de natureza excecional, designadamente fenómenos meteorológicos extremos registados a partir de 28 de janeiro de 2026, bem como o agravamento do contexto geopolítico internacional, nomeadamente o conflito envolvendo os Estados Unidos da América, Israel e o Irão, os quais configuram eventos subsequentes que não dão lugar a ajustamentos, porquanto as condições subjacentes não existiam à data do balanço.

No que respeita aos fenómenos meteorológicos extremos, encontram-se ainda em curso os trabalhos de levantamento e quantificação dos danos, sendo expectável a necessidade de realização de investimentos destinados à reposição de infraestruturas e mitigação de riscos futuros. Não obstante, antecipa-se que uma parte substancial destes encargos possa vir a ser objeto de financiamento ou apoio por parte da Administração Central. Acresce que uma parte relevante dos ativos potencialmente afetados se encontra já substancialmente depreciada pelo que o eventual impacto líquido adicional nas demonstrações financeiras poderá ser limitado,

sem prejuízo de eventuais revisões de estimativas ou reconhecimento de perdas por imparidade que venham a revelar-se necessárias.

Relativamente ao contexto geopolítico internacional, não é possível, à data, estimar com fiabilidade os seus impactos, sendo, contudo, expectável que se possam traduzir em pressões inflacionistas, aumento de custos operacionais, necessidade acrescida de apoios sociais e condicionamentos à execução de investimentos, com reflexo sobretudo em exercícios futuros. As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a Entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível da sua atividade. À data, não se perspetivam situações que coloquem em causa o pressuposto da continuidade das operações e o normal desenvolvimento da atividade municipal.

Nota 18 – Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado menos perdas por imparidade expressam os valores a seguir apresentados.

18.1 – Ativos Financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31.12.2025			31.12.2024		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos Financeiros	Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	- Dev. por transf. e sub. não reemb.	15 512,83		15 512,83	12 868,38		12 868,38
		Cientes, contribuintes e utentes						
		- Clientes c/c	108 500,66		108 500,66	131 016,59		131 016,59
		- Contribuintes	8 383,80		8 383,80	10 099,57		10 099,57
		- Utentes	679 231,98		679 231,98	172 284,97		172 284,97
		- Cobrança duvidosa	1 610 190,36	1 437 804,84	172 385,52	1 592 540,47	1 339 749,49	252 790,98
		Outros ativos						
		- Pessoal	226,69		226,69	226,69		226,69
		- Estado e out.ent.públicos	58,27		58,27			-
		- Devedores diversos	7 139,41		7 139,41	9 714,91		9 714,91
		- Outros ativos financeiros	13 740 352,15	7 263,04	13 733 089,11	13 278 965,24	7 263,04	13 271 702,20
		- Gastos a reconhecer	440 473,72		440 473,72	384 323,54		384 323,54
		Participações financeiras	21 234 951,77		21 234 951,77	22 334 745,06		22 334 745,06
Subtotais	37 845 021,64		36 399 953,76	37 926 785,42		37 926 785,42		
Totais	37 845 021,64	1 445 067,88	36 399 953,76	37 926 785,42	1 347 012,53	36 579 772,89		

Os devedores por acréscimos e outros devedores desagregam-se em:

Outras contas a receber	31/12/2025	31/12/2024
Ativo não corrente	7 139,41	9 714,91
Outros devedores	7 139,41	9 714,91
Ativo corrente	13 733 315,80	13 271 928,89
Devedores e credores por acréscimo(periodização económica)	13 286 729,10	13 249 371,93
- Impostos e taxas imputadas ao período	12 060 662,91	11 784 914,12
- Outros acréscimos de rendimentos	1 226 066,19	1 464 457,81
Outros devedores	446 586,70	22 556,96
Totais	13 740 455,21	13 281 643,80

As participações financeiras detidas, mensuradas ao custo refletem as seguintes participações:

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL 2025



	31/12/2025	Aumento	Redução	31/12/2024
Participações financeiras				
Serviços Municipalizados	19 033 161,56		1 102 864,19	20 136 025,75
AFPDM - Associação Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo	92 398,70	3 070,90		89 327,80
Simarsul, S.A.	1 127 290,00			1 127 290,00
Amarsul	233 045,00			233 045,00
Rede Dinamica XXI	5 000,00			5 000,00
S. Energia	23 201,51			23 201,51
Fundo de Apoio Municipal	720 855,00			720 855,00
TOTAIS	21 234 951,77	3 070,90	1 102 864,19	22 334 745,06

- Os cálculos inerentes ao apuramento do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) foram efetuados com base na informação financeira disponível, designadamente nas contas provisórias de 2025 da AFPDM – Associação de Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo, nas contas finais (não aprovadas) de 2025 dos Serviços Municipalizados do Montijo (SMAS) e nas demonstrações financeiras da S. Energia, relativas ao exercício de 2024.

18.2 – Passivos Financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros			31.12.2025			31.12.2024		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	Fornecedores	334 842,26		334 842,26	247 812,04		247 812,04
		Outros passivos						
		- Estado e out.ent.públicos	499 014,71		499 014,71	451 771,81		451 771,81
		- Fornecedores de investimentos	50 176,62		50 176,62	8 865,81		8 865,81
		- Cred. por acréscimos	4 366 600,85		4 366 600,85	3 762 619,26		3 762 619,26
		- Credores diversos	1 079 678,93		1 079 678,93	1 010 264,98		1 010 264,98
		- Rendimentos a reconhecer	7 152 774,96		7 152 774,96	6 048 462,01		6 048 462,01
		Financiamentos obtidos	858 986,44		858 986,44	1 317 669,15		1 317 669,15
		Subtotais	14 342 074,77		14 342 074,77	12 847 465,06		12 847 465,06
		Totais	14 342 074,77		14 342 074,77	12 847 465,06		12 847 465,06

Os fornecedores resultam da atividade normal da Câmara Municipal.

Os credores por acréscimos e credores diversos desagregam-se de acordo com as seguintes componentes:

Outras contas a pagar	31/12/2025	31/12/2024
Passivo não corrente	1 048 941,71	981 449,40
- Cauções	1 048 941,71	981 449,40
Passivo corrente	4 397 338,07	3 791 434,84
- Credores por acréscimos de gastos	4 366 600,85	3 762 619,26
- Remunerações a Liquidar	3 449 370,91	2 984 172,39
- Outros acréscimos de gastos	917 229,94	778 446,87
- Outros credores	30 737,22	28 815,58
- Operações de Tesouraria	30 737,22	28 815,58
Totais	5 446 279,78	4 772 884,24

Ao nível dos financiamentos obtidos e tal como acima foi referido agregam-se nos termos seguintes:

Financiamentos	31.12.2025			31.12.2024		
	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL
Empréstimos bonificados	102 466,28 €	- €	102 466,28 €	101 091,62 €	102 599,11 €	203 690,73 €
- CGD/IHRU	102 466,28 €	- €	102 466,28 €	101 091,62 €	102 599,11 €	203 690,73 €
Empréstimos financiamento	271 018,45 €	482 026,56 €	753 045,01 €	284 546,63 €	754 623,67 €	1 039 170,30 €
- CGD	168 954,00 €	443 643,11 €	612 597,11 €	159 415,77 €	613 496,20 €	772 911,97 €
- BPI	102 064,45 €	38 383,45 €	140 447,90 €	125 130,86 €	141 127,47 €	266 258,33 €
- Santander Totta, SA			- €	- €		- €
Loções Financeiras	3 475,15 €	- €	3 475,15 €	72 947,91 €	1 860,21 €	74 808,12 €
TOTAL	376 959,88 €	482 026,56 €	858 986,44 €	458 586,16 €	859 082,99 €	1 317 669,15 €

O horizonte temporal dos financiamentos obtidos, enquadram-se nos seguintes exercícios futuros:

ANOS	CGD/IHRU	CGD	BPI
2026	102 466,28 €	168 954,00 €	102 064,45 €
2027		173 706,37 €	38 383,45 €
2028		178 686,99 €	
2029		91 249,75 €	
Totais	102 466,28 €	612 597,11 €	140 447,90 €

Nota 19 – Benefícios dos empregados

a) Indicadores de referência

Recursos humanos	2025	2024
Número de trabalhadores no final do período	1 021	984
Número médio de trabalhadores ao longo do período	1 003	997
Idade média dos trabalhadores	51	51
Antiguidade média dos trabalhadores	15 anos	15 anos
Horas de formação totais	6 251	3 904
Média de horas de formação por trabalhador	6,12h	4h
Gastos com o pessoal	21 522 927,79	20 271 899,96
Gastos médios por trabalhador	21 080,24	20 601,52
Taxa geral de absentismo	10,60%	11,10%
Total de acidentes de trabalho	55	52
Média de acidentes de trabalho por trabalhador	0,05	0,05

b) Os gastos com o pessoal apresentam a seguinte evolução

Gastos com o pessoal	2025	2024
Remunerações Órgãos Autárquicos	191 366,44	189 779,90
Remunerações do pessoal	17 822 717,55	16 425 043,46
- Remunerações base	13 406 253,76	12 161 619,31
- Subsídios de férias	1 228 282,34	1 213 071,46
- Subsídios de Natal	1 078 921,99	1 006 686,82
- Despesas de representação	23 603,06	20 432,69
- Subsídio de refeição	1 320 744,03	1 311 925,08
-Outros	4 185,66	
- Trabalho extraordinário	349 103,11	325 540,92
- Trabalho em regime de turnos	302 091,06	259 338,10
- Abono para falhas	20 627,10	19 476,03
- Ajudas de custo	4 650,95	4 191,69
- Vestuário e artigos pessoais	0,00	
- Outros suplementos	84 254,49	102 761,36
Pensões	7 761,86	7 335,22
Indemnizações	62 890,28	109 678,98
Encargos s/ Remunerações	3 889 661,63	3 580 414,30
Seguros de acid. trab e doenças profis.	338 085,31	304 489,11
Outros gastos com o pessoal	4 587,78	131 308,40
Outros encargos sociais	56 277,29	56 458,37
Totais	22 373 348,14	20 804 507,74

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

Nos quadros seguintes indica-se o controlo da Câmara Municipal de Montijo nas suas participadas e as transações entre partes relacionadas.

20.1 - Listagem de entidades controladas

Designação	Sede	% Cotrolo	
		Direto	Indireto
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	AV.ª DOS PESCADORES 2870-114 Montijo	100,0%	
AFPDM - Associação Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo	RUA JOSÉ DE ALMADA NEGREIROS, Nº. 217 2870-442 Montijo	12,5%	

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL 2025



20.2 – Transações entre partes relacionadas

Município de Montijo / SMAS

Tipo de Fluxos	Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Operações de Tespuraria	- €	11 703,79 €	- €	11 703,79 €	- €	- €	8,70 €	- €	8,70 €	- €
Relações Comerciais	987,39 €	88 327,97 €		86 538,66 €	2 776,70 €	- €	3 087 314,83 €	- €	3 087 314,83 €	- €
Total	987,39 €	100 031,76 €	- €	98 242,45 €	2 776,70 €	- €	3 087 323,53 €	- €	3 087 323,53 €	- €

Município de Montijo / S. Energia

Tipo de Fluxos	Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	- €	60 098,00 €	- €	60 098,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	- €	60 098,00 €	- €	60 098,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €

Município de Montijo / AFPDM

Tipo de Fluxos	Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	634 152,39	0,00	634 152,39	0,00	- €	- €	- €	- €	- €
Relações Comerciais	0,00	342,30	0,00	342,30	0,00	- €	329,62 €	- €	329,62 €	- €
Total	0,00	634 494,69	0,00	634 494,69	0,00	- €	329,62 €	- €	329,62 €	- €

Nota 23 – Outras divulgações

23.1 – Alterações no Património Líquido

Rubricas	31/12/2024	Aplicação dos resultados	Reposição subsídios	Resultado do exercício	Outros movimentos	31/12/2025
51 - Património	66 939 524,14					66 939 524,14
55 - Reservas	1 900 674,94	0,00			0,00	1 900 674,94
- Reservas legais	1 900 674,94					1 900 674,94
56 - Resultados transitados	153 121 697,91	(1 686 236,49)			800 549,36	152 236 010,78
- Resultados transitados	29 576 434,10	(1 686 236,49)				27 890 197,61
- Regularizações					800 549,36	800 549,36
- Ajustamentos de transição POCAL/SNC-AP	123 545 263,81					123 545 263,81
57 - Ajust.em ativos financeiros	22 138 739,01				(24 265,73)	22 114 473,28
- Relacionados com o MEP	22 138 739,01				(24 265,73)	22 114 473,28
59 - Outras variações no património líquido	21 331 400,79		0,00		1 201 408,21	22 499 634,71
- Transferências e subsídios de capital	18 626 472,70		0,00		95 346,57	18 721 819,27
- Ativos depreciáveis	18 626 472,70				95 346,57	18 721 819,27
- Outras transferências, sub.capital	2 512 933,46				1 072 887,35	3 585 820,81
- FEF Capital	1 132 820,69				44 212,12	1 177 032,81
- Artº 35º, nº 3, Lei nº 73/2013	1 380 112,77				1 028 675,23	2 408 788,00
- Doações obtidas	158 820,34					158 820,34
- Transferências de ativos	33 174,29				33 174,29	33 174,29
88 - Resultados líquido do exercício	(1 686 236,49)	0,00	0,00	4 334 022,20		2 647 785,71
TOTAL	263 745 800,30		0,00	4 334 022,20	1 977 691,84	268 338 103,56

As variações no património líquido no exercício de 2025, apresentam as seguintes operações:

1. Transferência do resultado líquido do período de 2024, para resultados transitados;
2. Regularização do registo de ativos tangíveis;
3. Transferência de capital (FEF capital e Artº 35º, nº 3, Lei 73/2023) de acordo com o mapa 12 - transferências para os municípios do Orçamento de Estado 2025
4. Reconhecimento do resultado líquido do período de 2025, cuja aplicação será proposta aos órgãos executivo e deliberativo;

23.2 – Subsídios ao investimento

A execução dos projetos durante o quadro comunitário em vigor apresenta a seguinte estrutura:

Nº Projeto	Aviso	Data Cand.	Designação
14734	01/C21-i12/2024	29/07/2024	Descarbonização dos Transportes públicos
13642	09/C03-i02/2024	28/11/2024	Acessibilidades 360
11271	07/C03-i02/2024	23/05/2024	Acessibilidades 360
10456	01/C06-i09.03/2023	27/03/2024	Modernização dos Estabelecimentos Públicos de ensino do 2º e 3º Ciclo e Secundário
5559	05/C03-i02/2023	27/11/2023	Acessibilidades 360
4649	05/C03-i02/2023	28/09/2023	Acessibilidades 360
3552	08/C04-i01/2022	29/06/2022	Redes Culturais e Transição Digital
1114	03/C03-i02/2022	26/07/2022	Acessibilidades 360
1109	02/C03-i06.02/2022	22/07/2022	Comunidades Desfavorecidas Montijo
1108	02/C03-i06.02/2022	22/07/2022	Comunidades Desfavorecidas Pegões e Canha
476	02/C03-i02/2021	10/05/2022	Acessibilidades 360
283	07/C19-i01.01/2021	24/02/2022	Reformulação do Atendimento dos serviços públicos e consolares
RE-CO3-I01	07-CO3-101-2023	01/01/2024	Radar Social - Criação de Equipas para Projecto Piloto
60721	2/CO2-i02/2021		Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário
61578	01/CO2-i01/2021		Programa de Apoio ao Acesso à Habitação
	1/2025 DGAV-DBEA	29/09/2025	Infraestruturas de bem-estar animal

23.3 – Rendimentos e ganhos

Durante os anos de 2025 e 2024, a totalidade dos rendimentos e ganhos, classificados por natureza, ascenderam aos seguintes montantes:

RENDIMENTOS E GANHOS	2025	2024
70 Impostos, contribuições e taxas	33 816 183,22	30 171 811,45
71 Vendas	23 473,00	8 462,00
72 Prestações de serviços e concessões	7 398 624,15	6 813 776,94
75 Transferências e subsídios correntes obtidos	16 814 484,75	15 716 500,11
76 Reversões	24 687,66	85 247,81
78 Outros rendimentos	1 694 148,55	1 856 293,60
79 Juros, dividendos e out.rendimentos	8 070,64	13 165,96
Totais	59 779 671,97	54 665 257,87

Dados conforme Balancete Analítico

23.4 – Gastos e perdas

Durante os anos de 2025 e 2024, a totalidade dos gastos e perdas, classificados por naturezas, ascenderam aos seguintes montantes:

GASTOS E PERDAS	2025	2024
60 Transferências e subsídios concedidos	8 280 035,34	9 306 685,01
62 Fornecimentos e serviços externos	15 280 776,53	15 878 454,56
63 Gastos com o pessoal	22 373 348,14	20 804 507,74
64 Gastos de depreciação e de amortização	7 704 654,18	6 901 180,65
65 Perdas por imparidade	98 061,19	133 605,28
67 Provisões	129 265,69	49 181,52
68 Outros gastos	3 194 599,12	3 182 645,86
69 Gastos por juros e outros encargos	71 146,07	95 233,74
Totais	57 131 886,26	56 351 494,36

Dados conforme Balancete Analítico

23.5-Rendimentos/Gastos

No quadro infra apresentam-se discriminados os montantes por conta que, na Demonstração de Resultados, se encontram apresentados pelo valor líquido. Em consequência, os quadros anteriormente mencionados (2.3 e 2.4) encontram-se em conformidade com o balancete analítico.

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL 2025



Descrição		Rendimentos	Gastos	Total
785/685	Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	3 070,90	(1 078 598,46)	(1 075 527,56)
762/65	Imparidade de dívidas a receber (perdas e reversões)	5,84	(98 061,19)	(98 055,35)
763/67	Provisões(aumentos e reduções)	24 681,82	(129 265,69)	(104 583,87)
78	Outros rendimentos	1 691 077,65		1 691 077,65
68	Outros Gastos		(2 116 000,66)	(2 116 000,66)

23.6 - Transferências e Subsídios concedidos

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	2025	2024
Transferências correntes concedidas		
- Estado		
- Administração Local	3 081 546,37	4 402 706,42
- Instituições sem fins lucrativos	3 857 804,88	3 682 847,38
- Famílias	89 630,46	80 714,45
- Outras	539 661,41	596 323,67
Subtotal	7 568 643,12	8 762 591,92
Transferências capital concedidas		
- Administração Local		
- Instituições sem fins lucrativos	711 392,22	544 093,09
Subtotal	711 392,22	544 093,09
Totais	8 280 035,34	9 306 685,01

23.7- Fornecimentos e serviços externos

Esta componente dos gastos, durante os anos de 2025 e 2024, apresenta o seguinte desenvolvimento:

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL 2025

Fornecimentos e serviços externos		2025	2024
621	Subcontratos e parcerias	3 035 098,44	2 954 860,97
	- Serviços de Saúde	17 137,50	42 200,95
	- Serv.Recolha e Trat.Dep.Resíduos	2 993 198,14	2 912 659,52
	- serviço de transportes	24 762,80	0,50
622	Serviços especializados	5 647 942,26	5 977 312,91
	- Trabalhos especializados	3 188 160,89	3 708 899,48
	- Publicidade comunicação e imagem	95 544,11	63 325,73
	- Vigilância e segurança	489 152,69	454 356,70
	- Honorários	303 021,01	236 864,92
	- Comissões de cobrança de impostos e taxas	600 530,33	510 768,75
	- Conservação e reparação	961 572,74	1 003 097,33
	- Outros serviços especializados	9 960,49	0,00
623	Materiais de consumo	318 768,81	355 451,10
	- Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	43 027,45	34 801,83
	- Livros e documentação técnica	4 353,09	0,00
	- Material de escritório	31 328,23	38 985,29
	- Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	34 558,31	40 045,48
	- Material de educação cultura e recreio	17 358,38	35 195,52
	- Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pess	157 222,76	190 403,76
	- Medicamentos e artigos para a saúde	9 563,24	4 569,94
	- Outros fornecimentos e serviços	21 357,35	11 449,28
624	Energia e fluídos	2 624 459,44	2 642 529,45
	- Electricidade	1 989 883,61	1 970 218,80
	- Combustíveis e lubrificantes	546 268,62	544 189,74
	- Outros	88 307,21	128 120,91
625	Deslocações, estadas e transportes	12 595,59	24 165,42
	- Deslocações e estadas	12 595,59	24 165,42
626	Serviços diversos	3 641 911,99	3 924 134,71
	- Rendas e alugueres	1 354 846,45	1 174 035,19
	- Comunicação	102 948,35	107 180,03
	- Seguros	116 463,37	138 447,73
	- Despesas de representação dos serviços	723,97	1 603,62
	- Limpeza, higiene e conforto	156 567,84	132 617,84
	- Outros serviços	1 910 362,01	2 370 250,30
Totais		15 280 776,53	15 878 454,56

23.8 – Diferimentos Ativos

Os diferimentos ativos, à data de 31/12/2025 e 31/12/2024, são os seguintes:

Diferimentos ativos	31/12/2025	31/12/2024
Gastos a reconhecer		
- Seguros	89 570,99	71 667,91
- Outros (Materiais de Consumo)	350 902,73	312 655,63
Totais	440 473,72	384 323,54

23.9 - Diferimentos passivos

Os diferimentos passivos, à data de 31/12/2025 e 31/12/2024, são os seguintes:

Diferimentos passivos	31/12/2025	31/12/2024
Rendimentos a reconhecer	7 152 774,96	6 048 462,01
- Passivo Não Corrente	3 979 263,07	3 695 444,26
- Acordos de concessão de serviços	3 952 354,19	3 695 444,26
- Outros	26 908,88	
- Passivo Corrente	3 173 511,89	2 353 017,75
- Transferências e subsídios de capital obtidos com condições (FEDER)	3 130 305,09	2 353 017,75
- Outros	43 206,80	
Totais	7 152 774,96	6 048 462,01